



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal Nº. 531/2006
CNPJ: 10.209.346/0001-58



PARECER CME Nº 014 DE 11 DE JUNHO DE 2015.

ASSUNTO: Estabelece como obrigatoriedade adequação de 04 (quatro) dias letivos no Calendário Escolar destinadas as reuniões bimestrais de pais/responsáveis e mestres de forma participativa no Sistema de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás – GO.

APROVADO EM: 11 de Junho de 2015.

O Conselho Municipal de Educação de Águas Lindas de Goiás, no uso das atribuições legais Art.11; alíneas “a” “b” do inciso I do Art. 12 da Lei Municipal 530/2006 e inciso III e VIII do artigo 8º da Lei Municipal 531/2006, e com fundamento no § 2º do Art. 8º e Art.11 da Lei Nº 9.394/96 e no Art. 211 da Constituição Federal, Lei Nº 8.069/90 Art. 129 do E.C.A e Resolução do CME de Nº 084 de 26 de Fevereiro de 2015 Capítulo IV, artigo 11 e artigo 13.

RELATO:

“A Constituição Federal estabelece no capítulo III – da Educação, da Cultura e do Desporto no artigo 206.” O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: **Garantia do padrão de qualidade.**

A Lei de Diretrizes e bases da Educação de Nº 9.394/96 destaca nos artigos 12 e 13 as incumbências que terão as Unidades de Ensino, conforme a definição do Sistema de Ensino: Normas democráticas de acordo com suas peculiaridades locais e critérios. E devido o nosso município, Águas Lindas de Goiás ser considerado “ **cidade dormitório**”, cabe articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal Nº. 531/2006
CNPJ: 10.209.346/0001-58



Não ferindo a LDB 9.394/96 e Lei 12.796, e Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) e Conselho Municipal de Educação, e para manter a qualidade no ensino, reiteramos que as Unidades de Ensino cumpram os seguintes princípios:

- I. Reunião de pais ou responsáveis para ser considerado como dia letivo deverá ser participativo, envolvendo professores, gestor, coordenador pedagógico, comunidade escolar, conselho escolar e alunos quando tiver idade suficiente para participar, com registro em ata própria.
- II. A Reunião de pais e mestres tem a finalidade avaliar a parte pedagógica para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas/séries.
- III. Os casos omissos em referência a redução / compactação ou liberação de alunos das Unidades de Ensino desta Municipalidade, deverão ser oficialmente comunicados ao Departamento pedagógico dessa SME e este departamento comunicar a este Conselho.

Diante do exposto, o CME por ser um órgão autônomo de caráter deliberativo, com competência para decidir questões referentes à educação na área de abrangência do Sistema Municipal de Ensino. **Informa.**

VOTO:

Solicitamos que a SME informe a esse colegiado todas as atividades extraclasse realizadas no exercício letivo não enaltecidas no calendário escolar.

É o parecer.




CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal Nº. 531/2006
CNPJ: 10.209.346/0001-58



Presidência do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Águas Lindas de Goiás – GO, em Águas Lindas de Goiás, aos 11 dias do mês de Junho de 2015.


Manoel Gomes da Silva
Presidente


Mauro Pedro Correa dos Santos
Vice – presidente


Ednaldo Paulo Azevedo
Secretário


Gilmar Feitosa – Conselheiro


Carlos de Oliveira Sousa – Conselheiro